

CONTRIBUIÇÕES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

CONTRIBUTIONS, POSIBILITIES E CHALANGES IN FULL-TIME EDUCATION

Elisângela de Carvalho Franco

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a Educação Integral como forma de promover às crianças, aos adolescentes e aos jovens, cultura, lazer, conhecimento, cidadania e segurança num mesmo espaço, bem como, destacar os desafios inclusos. Esta é uma educação que oferta a contínua reconstrução e reorganização da experiência que, conforme Dewey é o pensamento reflexivo, associado a atividades intra e extracurriculares de ensino-aprendizagem. O aporte teórico, entre diversos autores, teve por base os textos de Dewey (1959), Brasil (2009; 2010) e Saviani (1991). Portanto, a Educação Integral ainda carece de atenção para a eficiência e eficácia do programa, pois há desafios que precisam ser considerados, mas, também, há fatores positivos, que tornam a educação em tempo integral uma “experiência significativa” ao conhecimento e a formação do ser humano.

Palavras-chave: Educação Integral. Experiência. Contribuições. Desafios.

ABSTRACT

This article aims to present the Comprehensive Education in order to promote the children, adolescents and young people, culture, leisure, knowledge, citizenship and security in the same space, as well as highlight the challenges included. This is an education that offer continuous reconstruction and reorganization of experience, as Dewey's reflective thinking, associated with intra and extra-curricular activities of teaching and learning. The theoretical support, among many authors, was based on the Dewey texts (1959), Brazil (2009; 2010) and Saviani (1991). Therefore, the Integral Education still lacks attention to the program's efficiency and effectiveness, as there are challenges that need to be considered, but also there are positive factors that make full-time education "significant experience" to knowledge and training the human being.

Keywords: Integral Education. Significant experience. Challenges.

INTRODUÇÃO

Atualmente, têm-se muito comentado a respeito da educação de período integral para as crianças, os adolescentes e os jovens. No intuito de ser ofertado a estes uma educação que

agregue ao ensino, valores, cultura e lazer num mesmo espaço, ou seja, a escola. Com a possibilidade de proporcionar segurança, educação e bem-estar, evitando que tenham acesso e contato aos perigos de risco de vida como, as drogas, as bebidas e a vida bandida.

O Ministério da Educação (MEC), por meio de suas secretarias, principalmente, a de educação Básica (SEB), tem desenvolvido projetos e programas que levem este tipo de experiência a ser desenvolvidas e praticadas nas redes de ensino dos estados e municípios. Através de experiências bem-sucedidas de outros países que deram certo, como Japão, por exemplo, e que merecem ser copiadas para o nosso contexto social.

No entanto, são muitos os desafios que vão da implantação, infraestrutura, do compromisso e dedicação dos profissionais envolvidos, da formação continuada, a permanência constante nas escolas da rede pública de ensino, de um projeto desta extensão. Para tanto, foi pensado e instituído o Programa Mais Educação que já é parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que contribui nas ações e no desenvolvimento dos projetos, além de subsidiar na questão financeira das escolas.

Diante destes aspectos têm-se as seguintes indagações: em que contexto histórico se baseia a Educação Integral? Quais fundamentações legais possuem? Como encontra subsidiada a sua proposta de ação? E, quais os desafios que norteiam esta modalidade de educação?

A hipótese deste estudo é a de que a Educação Integral contribui no processo de ensino-aprendizagem, na socialização e na aquisição de valores morais e sociais, mas, é necessário melhorias na superação dos contratempos que circundam este tipo de educação.

Portanto, o artigo objetiva apresentar a Educação Integral como forma de promover às crianças, aos adolescentes e aos jovens, cultura, lazer, educação, cidadania e segurança num mesmo espaço, bem como, destacar os desafios inclusos neste tipo de educação.

1. A ESCOLA TRADICIONAL E A ESCOLA NOVA: CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA A PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A escola de ensino fundamental vem assumindo responsabilidades e compromissos educacionais muito amplos, como têm sido percebidos na tradição da escola pública brasileira. Que efetivamente vem assumindo a função precípua de instruir os estudantes e propor ações que preencham os espaços livres, antes de domínio da família e de ação do Município, Estado e União.

Antigamente, as escolas tinham um sistema tradicional de ensino, que prevalecia a exclusão de grande parte dos estudantes, pois predominava o recebimento de informações (decoreba) e a autonomia exclusiva do professor, tendo pouco ou nenhum programa ao lazer e a cultura no ambiente de ensino. Era uma espécie de quartel, até o século XIX, que comparava o aluno a um objeto a ser moldado, uma Tábua rasa, conforme o sistema vigente.

A Escola Tradicional surgiu a partir do advento dos sistemas nacionais de ensino, que datam do século passado. Com início de uma política estritamente educacional foi possível à implantação de redes públicas de ensino na Europa e América do Norte (PATTO, 1990).

A organização desses sistemas de ensino inspirou-se na emergente sociedade burguesa, a qual apregoava a educação, como um direito de todos e dever do Estado (SAVIANI, 1991). Seu ensino fundamental na essência, de Rousseau, passando a pedagogia da essência (SAVIANI, 1991). Que acreditava na liberdade e na universalização da escola.

A organização dessa escola seguia os princípios de uma doutrina da obediência e da disciplina:

Como as iniciativas cabiam ao professor, o essencial era contar com um professor razoavelmente bem preparado. Assim, as escolas eram organizadas em forma de classes, cada um contando com um professor que expunha as lições que os alunos seguiam atentamente e aplicava os exercícios que os alunos deveriam realizar disciplinadamente (SAVIANI, 1991, p.18).

As mudanças para um novo sistema de ensino iniciou a partir do século XX, com a Escola Nova, a qual esteve associada à valorização da atividade ou experiência na prática cotidiana. Nesta época, houve grande participação de filósofos e educadores que ajudaram a desenvolver e sistematizar as ideias propostas pela nova pedagogia, como: Claparède, Montessori, Decroly, Dewey e Freinet.

Surgiu uma série de experiências educacionais escolanovistas, que poderiam ser consideradas como precursoras da escola de Educação Integral, pois prezava pela permanência da criança no ambiente de ensino. Foram os casos das chamadas “escolas de vida completa” inglesas; os “lares de educação no campo” e as “comunidades escolares livres” na Alemanha; as “casas das crianças” de Montessori, na Itália; a “escola para a vida”, criada por Decroly em Bruxelas, e outras mais (LUZURIAGA, 1990; LARROYO, 1974).

No Brasil, este movimento da Escola Nova com vistas a uma Educação Integral foi visualizado, a partir da década de 30, com o Movimento Integralista através dos escritos de Plínio Salgado. Este movimento caracterizava que as bases da educação Integral eram a espiritualidade, o nacionalismo cívico, a disciplina, enfim, era político-conservador. Já para os anarquistas, na mesma década, a ênfase recaía sobre a igualdade, a autonomia e a liberdade humana, voltando-se para a política emancipadora (BRASIL, 2009).

Mas, um dos pioneiros que propagou as ideias desse tipo de educação no Sistema Público de Ensino, principalmente após o Manifesto dos Pioneiros foi Anísio Teixeira. Sua visão era de uma escola que desse as crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais e mais artes industriais, desenho, música, dança, educação física, saúde e alimento à criança (TEIXEIRA, 1959).

Essa concepção de Anísio Teixeira foi posta em prática no Centro Educacional Carneiro Ribeiro em 1950, em Salvador, na Bahia. No Centro foi possibilitada a execução destas atividades, trabalhadas nas Escolas-Classe, e outras no contraturno que foram denominadas de Escola-Parque. Este projeto se estendeu para a cidade de Brasília, em 1960, com o então, presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, onde coordenou o “Plano Humano”, juntamente com outros educadores adeptos dessa educação como, Darcy Ribeiro, Cyro dos Anjos e outros.

Enfim, o movimento escolanovista, ainda que minoritário, contribuiu para mudanças na área educacional, principalmente, na compreensão de democracia na forma de organização das estruturas imediatamente políticas. Desta forma, passou-se a compreender a democracia como uma “forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada” (DEWEY, 1959, p. 53) que promoveu o movimento renovador.

2. A “EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA” DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Conforme Dewey (1959), a democracia supera a dicotomia entre indivíduo e coletividade e propicia o florescimento da inteligência, já que toda atividade reflexiva está submetida à experiência de organizar o mundo. É nesta “experiência” que se orienta o pragmatismo do pensamento de Dewey. Pois, esclarece que não há divisão entre o pensamento e a natureza.

O ser humano na sua vida cotidiana é dotado de experiência que geram modificações no seu comportamento, ou seja, tem a capacidade de aprendizagem, que podem ser mais ou menos conscientes, que podem “modificar as experiências subsequentes” (DEWEY, 1959). Em outras palavras, experiências geram mudanças e transformações mútuas que vão agir sobre os elementos. Por isso, essa experiência é aprendizagem que transforma a existência de diversas formas e, portanto, indissociável.

Assim, o “ato de pensar que não se prenda ao aumento de eficiência na ação e a aprender-se mais sobre nós e sobre o mundo em que vivemos, será muito pouco pensamento” (DEWEY, 1959, p. 167). A educação constitui em um processo de contínua reconstrução e reorganização da experiência, por meio da ação constante da reflexão. E são estas experiências “reflexivas” que a escola deve propiciar aos seus alunos.

A educação escolar é uma necessidade de toda a sociedade e um excelente meio para o desenvolvimento dessas experiências “reflexivas”. Ela pode atuar como guia ou ser a direção, sem ser nunca arbitrária, pois segundo Dewey (1959, p. 11): “Toda direção é apenas re-direção; ela modifica o rumo da atividade que já fluía, por outro álveo. A não ser que se conheçam as energias que já se acham a operar, toda a tentativa para dirigir se tornará quase infalivelmente inútil”.

De acordo com o autor, a vida escolar tem que ser constituída de “modelos vivos” por ser uma sociedade alicerçada, na perspectiva de transformar os fenômenos e, por isso, foi tão contestado com estas ideias.

A ideia de refletir sobre o pensamento de Dewey a Educação Integral é que esta implica em experiências transformadoras na educação. Visto que, têm-se as possíveis concepções de extrair as contribuições do pensamento do autor para o cotidiano da escola brasileira. É uma abordagem que influencia o pensar sobre as funções fundamentais da escola numa perspectiva de transformação. Em suas palavras, “a escola é um meio social intencionalmente preparado, simplificado e purificado” (DEWEY, 1959, p. 21).

A noção de aprendizagem através do meio é vivência e não transmissão direta e meramente formal de conhecimentos é uma das características típicas das diversas concepções de educação integral. E, portanto, “a grande diferença existirá em permitirmos a ação causal do meio e em escolhermos intencionalmente o meio para o mesmo fim” (DEWEY, 1959, p. 21).

Portanto, o ambiente escolar tem que ofertar “experiências significativas”, que segundo Dewey é o pensamento. Para tanto, o ambiente deve ser diversificado e capaz de favorecer esta experiência. Pois a educação integral tem por base a predisposição de receber estudantes como indivíduos multidimensionais, que segundo Guará (2006, p.16):

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. [...] A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social.

3. O CONTEXTO LEGAL

Não há prerrogativa direta a respeito da Educação Integral na Constituição Federal, menciona alguns artigos que tratam de forma indireta da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho (Art. 205) que são condições para a formação integral do homem.

É a partir dos anos 90 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9.394/1996, que recebe um aparato legal quando menciona o aumento progressivo da jornada escolar (Art. 34) na direção do regime de tempo integral, valorizando as iniciativas educacionais extracurriculares e a vinculação entre o trabalho escolar e a vida em sociedade.

A LDB reconhece que as instituições escolares têm as condições necessárias para ofertar a Educação Integral com atividades intra e extracurriculares, visto que, são detentoras de um processo educativo pautado pela relação de ensino-aprendizagem. Em outras palavras, são capazes de ampliar o Ensino Fundamental para a duração de tempo integral e, desta forma, valorizar as “experiências significativas”, como abordou Dewey, para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo dos estudantes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente no Art. 53 também faz uma referência quanto à obrigatoriedade do acesso e permanência da criança e do adolescente na escola, como forma de garantir a proteção e a atenção, que além do Estado, a escola é parte.

Mas, é somente com o advento da Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa mais Educação, preconizando a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades articuladas ao projeto de aprendizagem desenvolvido pela escola através de atividades sócio-educativas, em horário

oposto de aula, tendo o programa a colaboração de outros ministérios numa mesma ação. Posteriormente, foi lançado o Decreto Presidencial nº 7.083/2010, do governo federal que assume, definitivamente, uma política de implantação da Educação Integral nas escolas públicas brasileiras, cujo principal objetivo é garantir a aprendizagem de todos os alunos.

Enfim, a Educação Integral tem fundamentação legal que subsidia suas ações, quanto à questão de tempo e espaço na formação dos educandos e dos educadores na articulação dos diferentes saberes e na relação entre escola, comunidade e sociedade, como uma rede de espaços sociais. Pois, a instituição escolar tece “uma rede de espaços sociais (institucionais e não institucionais) que constrói comportamentos, juízos de valor, saberes e formas de ser e estar no mundo” (MOLL, 2007, p. 139).

4. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Construir uma educação que emancipe e forme estudantes multidimensionais considerando suas múltiplas dimensões e necessidades educativas com melhoria de qualidade de ensino e promoção de sucesso, é um dos diferenciais da Educação Integral e, também, um grande desafio.

Segundo Nosella (2005), a sociedade pós-industrial e virtual se fundamenta em um novo tipo de educação que integra trabalho e tempo livre. As escolas são chamadas a atender as exigências de uma formação geral, interligando formação básica e formação para atender as necessidades de aprendizagem e a utilização desse conhecimento no mundo globalizado, também é preciso prepará-lo a usar esse conhecimento de forma crítica e criativa.

Outra questão a ser pensada é que as atividades realizadas no Programa Mais Educação buscam contribuir com o desenvolvimento pleno do educando, contemplando atividades que associem cultura, entretenimento, esporte as atividades extracurriculares de aprendizagem, principalmente, em Língua Portuguesa e Matemática. No entanto, convém ressaltar, que a Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe e, principalmente, o projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação (BRASIL, 2009, p. 5).

Isso implica formação e adequação curricular para atender as necessidades educacionais dos estudantes e dos professores. No centro de toda esta discussão, os principais autores são os educadores e, neste caso, faz-se necessária atenção para não comprometer a

atividade docente sobrecarregando na ação educativa. Segundo Oliveira (2009), as reformas educacionais latino-americanas iniciadas na década de 1990 colocaram os professores no centro das discussões, em geral os educadores são considerados os principais responsáveis pelo desempenho da educação.

Outro ponto que merece destaque é que a estrutura física das escolas precisa ser melhorada, pois para a ampliação da jornada escolar e a diversificação das atividades demandam espaços de trabalho para professores e alunos. Quanto a isto, o Ministério da Educação reforça a idéia da parceria com as comunidades. Segundo este, “o sentido positivo dessa experiência de Educação Integral foi à construção com as comunidades e paralelamente foi-se construindo e adaptando os espaços para isso (BRASIL/MEC, 2010).

No entanto, é preciso considerar que nem todas as cidades oferecem espaços suficientes para atender ao programa, tendo que este funcionar nas condições propostas no tempo e no espaço da própria escola. Portanto, as possibilidades e delimitações de cada escola, devem ser pensadas em nível do proposto no projeto pedagógico em consonância com o Programa Mais Educação, na tentativa de proporcionar qualidade e bem-estar a professores e estudantes para a Educação Integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se propôs neste estudo foi discutir os pontos que fundamentam a Educação Integral como um projeto de realidade possível. A educação é essencial para melhorar a sociedade e, portanto, são necessários investimentos públicos que integrem Estado, Escola e Sociedade.

Ofertar uma proposta de educação em tempo integral já vem de longa data, desde as ideias de Dewey, da Escola Nova tendo como precursor Anísio Teixeira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. Mas, o projeto só tornou consistente, a partir de 2007 com a proposta do Programa Mais Educação que associou ensino-aprendizagem através de atividades intra e extracurriculares, com o objetivo de oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens das escolas públicas mais contato com a arte, a cultura, o lazer e o esporte, junto ao conhecimento.

Porém, ainda carece de atenção para eficiência e a eficácia do programa, seja através do acompanhamento pedagógico, da formação continuada, de investimento na infraestrutura e

na aquisição de materiais, bem como, aos profissionais da educação. Apesar, de ter alguns pontos negativos não se pode desconsiderar que a Educação Integral supre as necessidades extracurriculares dos estudantes, oferta segurança as famílias quanto ao cotidiano de aprendizagem e favorece no aproveitamento do tempo ocioso, tornando a “experiência significativa” ao conhecimento e a formação do ser humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

_____. _____. **Educação integral/ Educação Integrada e (m) tempo integral**: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Estudo qualitativo, 2010. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seb/maiseducacao/documentos>> Acesso em: 20 de mar. 2015.

_____. **LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Nacional, 1959.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Caderno CENPEC**, n. 2. São Paulo: Cenpec, 2006.

LARROYO, F. **História geral da Pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

LOBO, Fernando Martins. **Deixa-me ser criança, professor!** Edição do autor. Sever do Vouga e Espinho, 1986.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Nacional, 1990.

MOLL, Jaqueline. **Desafios, avanços e limites do sistema educacional e da organização curricular no século XXI**. In: SCOCUGLIA, Afonso. Prefeitura Municipal de Gravataí. I Encontro Internacional de Educação: educação e direitos humanos. Gravataí: SMED, 2007.

NOSELLA, Paolo. A educação e o mundo do trabalho: a sociedade industrial à sociedade pós-industrial. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. Vol. III, Século XX, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Profissão docente e gestão democrática da educação extraclasse. **Revista de Trabalho e Educação**/ Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, n. 2, vol. 1, jan, 2009. Belo Horizonte, 2009.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógico**. Rio de Janeiro, vol. 31, n 73, jan/mar. 1959.